

PLANO DE SITUAÇÃO DO ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO - Subdivisão Continente

ATA da Reunião - Setor Turismo

A reunião teve lugar no dia 10 de abril de 2018, na sede do Turismo de Portugal, I.P., sita na Rua Ivone Silva, Lote 6, 1050-124 Lisboa, com o objetivo de debater as questões levantadas pelo Turismo de Portugal, I.P., no parecer desfavorável que emitiu relativamente ao projeto de Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional, apresentado pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) em 19 de março de 2018 à Comissão Consultiva, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do Despacho n.º 11494/2015, de 14 de outubro.

Estiveram presentes na reunião pelo Turismo de Portugal, a Diretora Coordenadora da Direção de Valorização da Oferta, Arq.ª Fernanda Vara, e a Diretora do Departamento de Ordenamento Turístico, Dr.ª Fernanda Praça, e pela DGRM, o Diretor-Geral, Eng.º José Carlos Simão e o Diretor de Serviços de Ambiente Marinho e Sustentabilidade, Dr. José Manuel Marques.

Face às questões levantadas no parecer da Turismo de Portugal, I.P., a DGRM informou que a generalidade das questões elencadas no parecer serão integradas no Plano de Situação, a saber:

1. Será estabelecida uma faixa de proteção de vistas de 2 mn entre a Trafaria e o limite norte da área de jurisdição do Porto de Sines;
2. A área potencial para os usos e atividades de Recreio, Desporto e Turismo, será alargada de 3 milhas náuticas (mn) para as 6 mn, excetuando as áreas onde esse alargamento seja incompatível com áreas potenciais para a exploração de energias renováveis *offshore* (eólica e ondas) e de instalação de aquiculturas marinhas *offshore* ou de infraestruturas *offshore* para pesca;
3. Será georreferenciada a Reserva Mundial de *Surf*, bem como a informação referente a *Surf Spots*;
4. Para salvaguarda do recurso onda, será eliminada a área potencial prevista para a instalação de recifes artificiais ao largo da Nazaré.

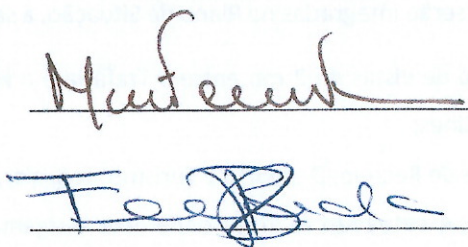
Relativamente ao pedido de criação de uma faixa de proteção de vistas de 12 mn, foi referido pela DGRM que, devido às condições oceanográficas do mar português que condicionam

fortemente a instalação de estruturas de apoio às atividades do *offshore*, quer pela profundidade dos fundos marinhos, quer pelas condições de agitação marítima, tal faixa iria criar grandes dificuldades ao desenvolvimento da economia azul. Assim, e para acolher as preocupações do Turismo de Portugal, a DGRM comprometeu-se a incluir nas fichas dos usos/atividades mais preocupantes, relativamente à proteção de vistas (exploração de energias renováveis *offshore* (eólica e ondas), instalação de aquiculturas marinhas *offshore* ou de infraestruturas *offshore* para pesca ou a pesquisa, prospeção, exploração e extração de petróleo), disposições relativas aos cuidados a ter na salvaguarda da paisagem marítima. Igualmente será previsto naquelas fichas a consulta ao Turismo de Portugal, aquando da análise do pedido de título de utilização privativa do espaço marítimo nacional.

O Turismo de Portugal, considerando orientações superiores sobre esta matéria, concordou com a proposta apresentada.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião.

Pelo Turismo de Portugal



Pela DGRM

